

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA

Gláucia Santana Silva Padilha; Hercília Maria de Moura Vituriano

(Universidade Federal do Maranhão – glauciassilva@bol.com.br, Universidade Federal do Maranhão - hvitaino@hotmail.com)

Resumo: O presente estudo objetiva analisar a importância da construção da identidade negra da criança, no contexto da educação infantil e o papel do professor nesse processo, compreendendo o que de fato é importante a criança ter acesso em sala de aula. Assim, questões importantes devem ser priorizadas nas discussões nacionais: a prática docente na educação infantil e a questão étnico racial, no caso mais específico da identidade negra nessa etapa da educação básica, por entender-se que há grandes desafios a serem enfrentados no campo curricular da educação infantil. Parte da seguinte questão norteadora: Como e em que medida a questão da identidade negra pode e deve ser tematizada em sala de aula no contexto da educação infantil? O percurso teórico metodológico constituiu-se a partir da pesquisa qualitativa baseada nos pressupostos da pesquisa de campo. Partiu da revisão de literatura com base em estudos da área de educação infantil e da identidade negra destacando: os documentos legais da área de Educação Infantil como o Referencial Curricular Nacional (RCNEI) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI) e, ainda, nos estudos de autores que analisam a criança como um sujeito fruto da história e da cultura e na construção da identidade, como sendo um processo que é estabelecido nas relações sociais entre os sujeitos. A pesquisa de campo desenvolveu-se em uma escola da rede municipal de São Luís tendo como sujeito uma professora da educação infantil da referida escola. A entrevista e observação foram utilizados como instrumentos para coleta de dados. Os resultados apontam para a importância de abordar a questão da identidade negra desde a educação infantil, por ser a primeira etapa da educação básica, na qual a criança está em processo de desenvolvimento e construção das bases de sua identidade e valores fundamentais, que servirão de fundamentos para sua vida adulta.

Palavras-chave: Educação infantil, Prática docente, Relações Étnico-raciais.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de que as crianças já sabem alguma coisa quando entram na escola, é um consenso e ao mesmo tempo uma concepção defendida por estudos e documentos curriculares que organizam o processo de ensino e aprendizagem no Brasil nos últimos anos, como o caso do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) dentre outros.

A questão fundamental é compreender o que, de fato é importante a criança ter acesso, no contexto da escola. Como o conhecimento abordado pode contribuir para a sua formação enquanto cidadão, ou seja, para um convívio democrático na sociedade em que está inserida. Assim, traçar a trajetória sobre a qual os currículos precisam desenvolver-se, é uma questão prioritária que tem ocupado o cenário educacional brasileiro nas últimas décadas, tendo em vista que vivemos em uma sociedade marcada por inúmeras desigualdades e por uma diversidade racial, a qual ainda não é tematizada na escola na devida proporção e necessidade da sociedade brasileira.

Como afirma Cool (1987, p. 35):

Na verdade, o crescimento pessoal e social, intrínseco à ideia de educação, pode vincular-se alternadamente tanto ao processo de desenvolvimento como ao de aprendizagem. Por um lado, uma pessoa educada é uma pessoa que se desenvolveu, que evoluiu, no sentido forte do termo, desde níveis inferiores de adaptabilidade ao meio físico e social até níveis superiores. Por outro, como lembra acertadamente Calfee (198), uma pessoa educada é a que assimilou, que interiorizou, em suma, que aprendeu, o conjunto de conceitos, explicações, habilidades, práticas e valores que caracterizam uma cultura determinada, sendo capaz de interagir de forma adaptada com o ambiente físico e social no seio da mesma. A opção por uma das duas interpretações do crescimento educacional é importante, porque propõe ações pedagógicas diferentes que se plasmam no currículo.

Assim, nesse artigo abordamos duas questões importantes e que devem ser priorizadas nas discussões nacionais: a prática docente na educação infantil e a questão étnico racial, no caso mais específico da identidade negra nessa etapa da educação básica, por entendermos que há grandes desafios de serem enfrentados no campo curricular da educação infantil.

Dessa perspectiva, o trabalho organiza-se em torno do seguinte objetivo: analisar a importância da construção da identidade negra da criança no contexto da educação infantil e o papel do professor nesse processo. Para alcance desse objetivo e desenvolvimento do trabalho, a proposta metodológica organizou-se a partir da dos pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo exploratória que segundo Gil (2009) são pesquisas bastante flexíveis e envolve três etapas: levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas relacionadas ao problema e análise de situações que ajudem na compreensão do fenômeno. “[...] Assumem na maioria das vezes a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso [...]”. (ibidem, p.40).

Para o trabalho de coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada desenvolvida com uma docente da educação infantil em uma escola da rede municipal de São Luís-MA. A observação participante também foi utilizada como instrumento por meio de visitas feitas na escola para acompanhamento da prática docente da professora. Para Gil (2009), no estudo de caso utiliza-se mais de um instrumento para coleta de dados, constituindo-se um princípio desse tipo de pesquisa a ser considerado sempre.

Dessa forma, embasada nesses princípios, o desenvolvimento do estudo partiu da revisão de literatura para construção da fundamentação teórica e análise dos dados. Os/as autores/as: Ariès (1978), Mello (2012) e Freitas (1997) são autores de base para o trabalho. Ao considerarmos a identidade negra, na análise estabelecemos diálogo com os seguintes autores/as: Munanga (2012), Gomes (2002), entre outros. Articulado a esses estudos analisamos a legislação na área da educação infantil sobretudo aquele referente a organização curricular como o Referencial Curricular Nacional para a

educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

Para atingir o objetivo desse estudo, dividimos este trabalho em dois momentos. No primeiro, é feita uma revisão bibliográfica onde analisamos a educação infantil e suas bases curriculares para compreensão das concepções de criança e infância que devem embasar o processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Analisamos ainda a literatura específica sobre identidade negra relacionando com o contexto da educação infantil. Em seguida, analisamos os dados obtidos na pesquisa empírica com as construções feitas a partir dos referenciais teóricos estudados. Por fim, apontamos nossas construções e conclusões sobre o problema investigado.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: organização e orientações curriculares

Nas últimas décadas, em especial a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96) a educação infantil no Brasil passou por um processo de organização e estruturação curricular, visto que a partir de sua aprovação a educação infantil tornou-se a primeira etapa da educação básica e as crianças começam a ganhar espaço no cenário educacional.

Segundo Faria (1999) a criança não é uma abstração, ela é um ser produtor e produto da história e da cultura. Por isso, tratar a criança como um ser que nasce vazio e que, portanto, necessita de informações para tornar-se sujeito, foi um pensamento amplamente difundido que, atualmente, tem sido superado pelas bases epistemológicas de uma Pedagogia da Educação Infantil.

Dessa forma, ainda no final dos anos de 1990 aprovou-se no Brasil o primeiro referencial curricular para orientar o processo de organização da educação infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Nele, define-se a trajetória didático pedagógica para escolas e professores organizarem suas ações. Portanto, contribui para fundamentar práticas de qualidade e para a formação cidadã das crianças. Suas orientações servem para contribuir com as políticas públicas voltadas para a educação infantil e subsidiar o trabalho dos professores, considerando a pluralidade e diversidade do país como observamos a seguir:

A organização do Referencial possui caráter instrumental e didático, devendo os professores ter consciência, em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes eixos sugeridos a serem trabalhados com as crianças. Nessa perspectiva, o Referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões [...]. Estes volumes pretendem

contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras e seus familiares nas diferentes regiões do país. (BRASIL, 1998, v.1, p.7)

O documento relata que, anteriormente, as instituições que atendiam as crianças pequenas tinham uma concepção assistencialista e compensatória, por isso eram locais precários e que não priorizavam a formação dos profissionais que lá atuavam (BRASIL, 1998, v. 1, p. 17). Sobre isso, Cerisara (1999, p. 12) afirma que,

Durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado ‘assistencialista’ e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado ‘educativo’. Nesta ‘falsa divisão’ ficava implícita a idéia de que haveria uma forma de trabalho mais ligada às atividades de assistência à criança pequena, as quais era dado um caráter não-educativo, uma vez que traziam para as creches e pré-escolas as práticas sociais do modelo familiar e/ou hospitalar e, outras, que trabalhavam uma suposta perspectiva educativa, em geral trazendo para as creches e pré-escolas o modelo de trabalho escolar das escolas de ensino fundamental.

Sendo a criança concebida como um sujeito social e histórico que produz seu próprio conhecimento, as instituições devem tornar acessíveis situações de cuidado e de ensino que contemplem o desenvolvimento de todas as capacidades da criança, pois essa dicotomização das atividades de ensino e cuidado demonstram uma falsa compreensão da criança como sujeito de direitos. (CERISARA, 1999).

Desse modo, o RCNEI admite a importância do atendimento à legislação vigente, quanto ao profissional da educação infantil, uma vez que as crianças dependem dos adultos. O referido documento estabelece que todos os docentes que atendem a educação básica, deverão estar formados em nível superior, ou seja, os profissionais que cuidam de crianças pequenas devem ser sujeitos capacitados e atualizados em seu serviço (BRASIL, 1998). Dessa forma o professor dessa etapa da educação deve possuir uma formação adequada para sua atividade com a criança pequena. Para Cerisara (1999, p. 17) esse preparo contribui para que “possam assumir suas responsabilidades com maior clareza dos seus papéis”.

Afora isso, o RCNEI foi elaborado mediante a análise das inúmeras propostas curriculares para a educação infantil, de vários estados e municípios brasileiros. Com o objetivo de basilar esses documentos, o Referencial relaciona componentes curriculares, objetivos, conteúdos e orientações didáticas, formando uma estrutura apoiada em dois âmbitos de experiências: Formação pessoal e social e Conhecimento de mundo.

Cada eixo se organiza em torno dos componentes curriculares, considerando-se as particularidades de cada faixa etária, e visa instrumentalizar as práticas do professor. Sendo o eixo da Formação pessoal e social referente à construção da

identidade e autonomia do sujeito e o eixo do Conhecimento de mundo refere-se à relação das crianças pequenas com a cultura que está inserida, visando o domínio progressivo do conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais.

Posteriormente ao RCNEI, a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, que são organizadas com princípios, fundamentos e procedimentos educacionais tendo por objetivo orientar as propostas pedagógicas e curriculares da educação infantil.

A concepção de criança neste documento é ampliada em relação ao RCNEI, quando estabelece que a criança, além de sujeito social e histórico é

sujeito [...] de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Portanto, as Diretrizes apontam para uma concepção de criança como centro da produção curricular, considerando que ela é um sujeito de direitos, que pensa e transforma o mundo ao seu redor. Por isso, define currículo como um “[...] Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos de mundo [...]” (BRASIL, 2010, p. 12).

Essa análise em torno dos documentos supracitados contribui para entendermos que esse processo histórico aponta uma questão fundamental: a de que as crianças brasileiras precisam ter acesso a uma formação de qualidade. Esses documentos apontam também elementos para a construção de bases epistemológicas para o desenvolvimento de uma pedagogia da infância, a qual deve contribuir para a formação integral da criança.

3 A IDENTIDADE DA CRIANÇA E A IDENTIDADE NEGRA

O foco de nossa análise é a questão da identidade negra da criança e de modo especial como essa questão se apresenta na educação infantil. Como mencionamos anteriormente a identidade é um dos eixos do currículo da educação infantil (RCNEI, 1998).

Quanto ao seu sentido etimológico, no dicionário Aurélio o conceito de identidade é apontado como “circunstância de um indivíduo ser aquele que diz ser ou aquele que outrem presume que ele seja” (AURÉLIO ONLINE).

Assim, o termo identidade é concebido como aquilo que se é: se sou criança, se sou velha, brasileira ou negra. Dessa perspectiva, seu significado se esgota em si mesmo, pois nega a diferença, como por exemplo: quando digo que sou negra, estou automaticamente afirmando que não sou branca, não sou parda e assim por diante.

Contudo, essa noção nos leva “a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos.” (SILVA, 2000, p. 76). Portanto, à medida que a identidade passa a ser um processo de diferenciação, a constituição do outro tende a ser severamente subvertida.

Sendo a identidade a marca que diferencia as pessoas uma das outras, como o nome, as características físicas e a história individual, é, portanto, uma construção diária, um processo, que é estabelecido nas relações sociais entre os sujeitos.

Concordamos com Dubar (1997, p.13) ao dizer que:

[...] a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no acto do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho: ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é um produto de sucessivas socializações.

Na criança esse processo não é diferente. Ela interage com seus pares e, conseqüentemente, produz e é produzida culturalmente. Essa construção é permeada por valores éticos e morais, que irão subsidiar as relações e desenvolver a tolerância e o respeito ao outro:

[...] a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. [...] (SILVA, 2000, p. 97)

Essas relações representam condição para a autonomia, que segundo o RCNEI é “definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro” (BRASIL, 1998, vol. 2, p. 14). Em outras palavras, é necessário considerar as crianças como sujeitos de direitos, que possuem especificidades e que são competentes para interagir e produzir cultura no meio em que se encontram, como afirma Faria (1999).

Além disso, a construção de uma identidade social face ao contexto multicultural e multirracial da sociedade em que vivemos, é um processo que

se constrói paralelamente à identidade nacional brasileira plural, num país cuja mestiçagem é inegável [...] e passa, necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista. (MUNANGA, 2012, p.7)

Sobre isso, Gomes (2005, p. 41) afirma que

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivais, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana.

Portanto, a construção de uma identidade está relacionada, não somente ao âmbito cultural, mas também envolve todas as áreas de conhecimento do universo infantil, defendendo uma educação transformadora da realidade através da formação de cidadãos críticos que reconheçam e admitam as múltiplas identidades, com respeito e tolerância.

4 A DOCÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NA ESCOLA INVESTIGADA

Neste momento do trabalho trazemos o resultado da pesquisa empírica. Para tanto, destacamos, a priori, as informações que consideramos importantes serem apresentadas. Em seguida apontaremos uma possível resposta ao problema da pesquisa, conforme informado na introdução, a partir dos dias experienciados e aqui relatados em forma de cenas, com a docente e as crianças.

O cenário da pesquisa se deu junto a uma professora que atua na sala do Infantil II de uma escola da rede municipal de São Luís. A professora é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com especialização em psicopedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Atua como professora da educação infantil há dez anos.

Iniciamos o processo de investigação pela observação em sala de aula. Percebemos que nesse dia o direcionamento da professora focou no trabalho com às questões étnico-raciais. À princípio, julgamos ter sido por conta da proximidade da data em que é comemorado a abolição dos escravos, mas logo percebemos que não se tratava somente disto. A professora demonstrou possuir um “sentimento da infância”, que, como ressalta Ariès (1978), não significa o mesmo que afeição, mas corresponde a uma compreensão das especificidades das crianças que as torna diferentes dos adultos.

Afora isso, pudemos presenciar algumas situações que nos fazem pensar que as crianças ainda não tinham construído uma representação do negro como um sujeito social, como demonstrado na cena abaixo:

Chegamos á sala de aula às 7h. A professora já estava organizando o material a ser trabalhado no dia. Aguardou a chegada das crianças, recepcionando-as. Organizou uma roda em volta da tela do seu notebook e iniciou a aula com a oração do Pai Nosso. Em seguida, chamou a atenção das crianças com uma canção e informou que naquele momento assistiriam um vídeo sobre o livro *Menina bonita do laço de fita*, de Ana Maria Machado. Apresentou a autora e as personagens do livro. Posteriormente, conversou com as crianças sobre os aspectos relacionados ao vídeo quanto à cor da pele da menina e do coelho e o que representava tal característica. Após ouvir as respostas das crianças a professora acrescentou a informação de como os negros chegaram ao Brasil e em que condições, problematizando o assunto com as seguintes questões:

- Quem eram os escravos?
- Eles recebiam pra trabalhar?

- Por que a menina era negra?
- Por que a sua cor [apontando para uma das crianças] parece com a da menina?
- Sua mãe [apontando para a criança] parece com a menina?
- Quem tem alguém na família que parece com a menina? [Algumas crianças levantaram a mão]

As crianças responderam:

- Eram os pretos.
- Eles apanhavam pra trabalhar.
- Por que a mãe e o pai também eram.
- Eu não sei tia.
- Não.

(Observação: 15.05.2017)

Logo a turma estava imersa no assunto e começaram a analisar a cor da pele um do outro, conversando sobre seus amigos e parentes de pele negra. Percebemos, então, que algumas crianças negras não se reconheciam como negras, mas se consideravam brancas, como se a sua cor fosse feia em relação aos outros alunos brancos.

Nota-se a invisibilidade em que a cultura negra está inserida, por isso concordamos com Munanga (2012, p. 11), quando enfatiza que um dos fatores que constituem o conceito de identidade é a cultura.

De fato, a cultura brasileira no plural e sua identidade nacional foram modeladas pelos aportes da população negra. Estas contribuições culturais precisam ser resgatadas positivamente, desconstruindo imagens negativas que fizeram delas e substituindo-as pelas novas imagens, positivamente reconstruídas.

Em outro relato, observamos que a imagem que as crianças têm construída do negro, se refere a tudo o que é mau e feio, por isso essas construções precisam ser desconstruídas e resgatadas as imagens positivas do negro.

A professora mostrou imagens do mapa da África, referindo-se a ele como um continente mostrou também, Zumbi dos Palmares e comentou sobre quem ele foi e como ajudou os negros. Ainda apresentou as imagens de um navio negreiro, um negro sendo chicoteado, crianças acorrentadas e trabalhando. Tudo isso com uma música de capoeira como trilha sonora.

Durante a apresentação das imagens, falou sobre a cultura, as roupas e lembrou às crianças que hoje os negros não são mais escravos e que devem ser respeitados. Finalizou esse momento com a contribuição da vinda dos negros ao Brasil, falando das brincadeiras, música e arte.

Quando as crianças começaram a intervir na fala da professora, os comentários eram os do tipo:

“Tia, os negros eram ruins, por isso apanhavam”

“Tia, minha mãe disse que negro é saliente”

“O negro é feio”

(Observação: 15.05.2017)

As manifestações discriminatórias são evidentes na fala das crianças, que reproduzem o que ouvem, geralmente, no seio familiar, considerada uma das responsáveis pela socialização da criança (FREITAS, 2003).

[...] ainda se encontra velado o espírito autoritário e negligente do *dever ser*, centrado na repulsa a quase tudo o que possa diferir das convenções *assentadas pela intolerante cultura do adulto*. Educar para a mudança é apenas mais um dos desgastados lemas

consagrados pela sociedade que, no fundo, anseia pela mesmice. Pudéssemos nós ouvir Pedrinho nesta matéria e ele diria que não há “comichão no cérebro” que possa resistir a tamanha falta de interesse pelo desconhecido. (FREITAS, 2003, p. 272). Grifos nossos.

Sobre isso, Mello (2012, p. 1) considera que:

[...] tudo o que somos é resultado das experiências de vida e de educação que tivemos desde que nascemos e que, entre o nascimento e os seis anos de idade, a criança forma as bases de sua inteligência e de sua personalidade: com as experiências que vive, com as situações de que participa, com aquilo que faz, com tudo o que aprende fazendo, vendo, ouvindo e percebendo da vida que acontece à sua volta [...]

É nesse emblemático relacionamento educativo entre escola e família que a instituição educacional, em especial o profissional docente, tem um papel desafiador de ruptura com a episteme moderna do etnocentrismo, de colocar pras crianças as verdades invisibilizadas de um jeito de ser que foi, historicamente, excluído:

Dessa forma, a ênfase na identidade resulta, também, na ênfase da diferença. Ao mesmo tempo em que a busca da identidade por parte de um grupo social evoca a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo ou a outro grupo e instituição, ela possui um processo de elaboração e diminuição das diferenças internas do próprio grupo e dos vários grupos que formam, naquele momento de reivindicação, um único sujeito político. E esse trabalho envolvendo semelhanças e diferenças propicia a articulação entre poder e cultura [...] (GOMES, 2005, p. 41).

Portanto, nenhuma identidade pode ser construída de forma isolada. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade social, é um processo simbiótico, que está imbrincado com as relações cotidianas e dialógicas que estabelecemos com os outros.

Em contato com a sala de aula pesquisada e, conseqüentemente, com o sujeito da pesquisa, pudemos observar algumas situações em que fica evidente a conduta da professora no sentido de construção da identidade negra e do sentimento de pertencimento racial, conforme cena abaixo:

Para começar a aula, logo após a rotina inicial, a professora apresentou dois livros às crianças: Os gêmeos do tambor e Racismo no Galinheiro. Ela queria saber qual das histórias gostariam de ouvir. A maioria votou pelos Gêmeos do tambor, enquanto alguns disseram não querer nenhuma.

Em seguida começou pela apresentação do autor e do país de origem do livro escolhido e posteriormente iniciou a história, sempre fazendo perguntas e relacionando com o cotidiano das crianças.

Logo após, distribuiu revistas e jornais, para que fizessem uma pesquisa de imagens em que apareciam pessoas negras. As crianças logo começaram a trabalhar e surgiram várias dúvidas:

“Tia, essa mulher é preta?” [*Mostrando a imagem de uma mulher branca*].

“Tia, eu não gosto de recortar pessoas pretas” [*Trazendo a imagem das pernas de uma pessoa branca*].

“Tia, eu não encontrei nenhum negro” [*Entregando a revista à professora, que logo percorreu algumas páginas e avistou a imagem de um homem negro*].

(Observação: 16.05.2017)

Do mesmo modo, a reflexão sobre a construção de uma identidade negra se dá a

partir de diferentes situações, como essas em que as crianças se encontravam, onde tinham que estabelecer um posicionamento quanto ao que é ser negro. Nesse processo, nada é simples, porém envolve inúmeras variáveis sociais, históricas e culturais.

De acordo com Gomes (2005, p. 43):

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Assim, o processo de familiarização do sujeito negro com as crianças de cinco anos, perpassa pela formação de identidades sociais, considerando que vivemos em uma sociedade pluriétnica e multicultural, em que o sujeito negro foi excluído da historiografia em todos os seus aspectos positivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa pesquisa abordamos duas questões importantes para o campo educacional, a saber: a educação infantil, sua organização curricular e ao mesmo tempo o trabalho com a identidade negra com as crianças nessa etapa da educação, partindo da seguinte questão problema: Como e em que medida a questão da identidade negra pode/deve ser tematizada em sala de aula no contexto da educação infantil?.

Buscando responder em certa medida esse questionamento entendemos que nos últimos anos a educação infantil no Brasil passou por um processo de valorização se tornando uma etapa fundamental para o pleno desenvolvimento da criança em todas as suas dimensões de modo a possibilitar sua formação cidadã. Isso inclui dentre muitos aspectos a formação para o desenvolvimento de sua identidade.

Ao analisarmos especificamente o trabalho com a identidade negra com a criança da educação infantil, constatamos os muitos desafios que se apresentam referente a esse tema, tendo em vista que nos documentos curriculares essa questão não é apresentada de forma explícita. Dessa forma, o professor aborda o tema se de fato estiver mobilizado para tal, se possuir uma formação que contribuiu com o desenvolvimento da sua própria identidade com a educação infantil e com aquilo que a criança precisa ter acesso em sua formação.

A identidade negra é abordada de forma muito tímida, no que tange a escola como um todo. Por outro lado vale destacar o trabalho que essa professora desenvolve, o seu compromisso com aquelas crianças. Essa profissional foi além do que o currículo oficial, aponta como trabalho em sala de aula. Sentiu que era um problema na turma e tornou essa questão um eixo importante de trabalho. Entretanto, não é um

trabalho que envolve toda a escola e isso se torna de certa forma problemático pois parte considerável das crianças atendidas na instituição são negras.

Sendo a identidade racial importante para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento racial, está intimamente relacionada às experiências que vivenciamos influenciadas pelos diversos sujeitos em seu cotidiano. Por isso é tão importante dar o devido lugar nos currículos nas salas de aula da educação infantil no Brasil a uma questão tão importante e que contribui para a formação das crianças, desde pequenas, para convivência em um contexto multicultural como é o caso do Brasil.

Entendemos que diante do que apontou a realidade pesquisada há grandes desafios a enfrentar no que tange o trabalho com a criança pequena cujo imaginário já está permeado pelas produções sociais etnocêntricas. Há um longo caminho a percorrer, principalmente quando intercalamos esse processo formativo com as outras áreas do saber e diferentes grupos sociais.

Ao mesmo tempo é importante destacar que o professor da educação infantil precisa de um processo formativo que possibilite uma atuação que leve em conta todas as dimensões que a criança precisa para se desenvolver de forma integral e, sobretudo, construir a sua identidade de criança brasileira imersa em uma cultura que omitiu/omite elementos importantes da história.

REFERÊNCIAS

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

AURÉLIO, Dicionário do. **Dicionário Aurélio Online**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/identidade>. Acesso em: 30/08/2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2010. 36 p. : il.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar**: por onde anda a educação infantil? Perspectiva. Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11-21, jul./dez. 1999.

COLL, César. **Psicologia e currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Mariano Cubí 92, 08021 – Barcelona. Editorial Paidós, SAICF. Tradução: Cláudia Schilling.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Annete R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro. Porto Editora, 1997.

FARIA, Ana Lucia Goulart. **Educação pre-escolar e cultura**. Sao Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5 ed. Rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-62.

MELLO, S. A. Uma teoria para orientar o pensar e o agir docentes: o enfoque histórico-cultural na prática da educação infantil. In: Marta Chaves. (org.). **Intervenções pedagógicas e Educação Infantil**. 1 ed. Maringá/PR: Eduem Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2012, v. 1, p. 19-36.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente**: um racismo ao avesso? Revista da ABPN, v. 4, n. 8, jul./out. 2012, p. 06-14.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.